

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: A BUSCA PELO
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E UMA NOVA GEOGRAFIA
INTERNACIONAL**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANILO HENRIQUE MENDES DA CUNHA

MARIANA

2022

DANILO HENRIQUE MENDES DA CUNHA

CIENCIAS ECONÔMICAS - UFOP

**A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI: A BUSCA PELO
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E UMA NOVA GEOGRAFIA
INTERNACIONAL**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientador: Prof^ª. Dr. Paulo Roberto de Oliveira

MARIANA

DEECO

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C972p Cunha, Danilo Henrique Mendes Da.

A primeira década do século XXI [manuscrito]: a busca pelo desenvolvimento econômico e uma nova geografia internacional. / Danilo Henrique Mendes Da Cunha. - 2022.

49 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de OLIVEIRA.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Desenvolvimento econômico - Ocidente. 2. Geografia. 3. Periferias.
I. OLIVEIRA, Paulo Roberto de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.1

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Danilo Henrique Mendes da Cunha

A primeira década do século XXI: a busca pelo desenvolvimento econômico e uma nova geografia internacional

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 10 de junho de 2022

Membros da banca

Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/06/2022, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0344188** e o código CRC **79E2C6B1**.

Dedico este trabalho a minha família, principalmente ao meu irmão, que em nenhum momento me deixou desistir dos meus sonhos. Em especial, para minha mãe, por todo seu amor e fé a educação e como esta pode mudar a vida de uma pessoa e uma família. E aos meus professores e amigos, em especial para o Adilson Júnior, Anselmo Júnior, Carmem Silveira, Igor de Paula, Lise Meneses, Pedro Guimarães e Luiz Gargano, que me ajudaram e conviveram comigo por toda a graduação, sem vocês nada disso seria possível. Muito obrigado, UFOP, estará sempre em minha memória. Sou eternamente grato por todos estes momentos maravilhosos que mudaram minha vida.

RESUMO

Observar a formação econômica do Ocidente após a Segunda Guerra Mundial e a inserção econômica da América Latina neste novo contexto internacional é um fator importante para entender o desenvolvimento das regiões periféricas perante aos países centrais. Este trabalho, tem o objetivo de analisar as estruturas internas da região, em especial o Brasil, e demonstrar se nos primeiros dez anos do século XXI houve a busca pelo desenvolvimento econômico e social e se existiu a construção de uma nova geografia internacional a partir destes desdobramentos.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Ocidente. Periferia. Geografia.

ABSTRACT

Observing the economic formation of the West after World War II and the economic insertion of Latin America in this new international context is an important factor to understand the development of the peripheral regions in relation to the central countries. This study aims to analyze the internal structures of the region, especially Brazil, and to demonstrate if the first ten years of the 21st century have seen a search for economic and social development. Furthermore, it shows whether there was the construction of a new international geography based on these developments.

Keywords: West. Development. Peripheral. Geography.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA DO OCIDENTE APÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: OS ESTADOS UNIDOS À FRENTE.....	10
2.1 Teoria sistema mundo: contribuição para análise das relações internacionais.....	14
3. INSERÇÃO DA PERIFERIA NO “NOVO” CONTEXTO DO SISTEMA ECONÔMICO MUNDIAL E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS NO PÓS-GUERRA.....	18
3.1 A lógica do subdesenvolvimento.....	23
3.2 Crescimento da ideologia liberal, surgimento das grandes instituições financeiras e crise fiscal dos Estados.....	25
4. NEOLIBERALISMO, MODELOS DESENVOLVIMENTISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO LULA DE SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	29
4.1 O desenvolvimentismo exportador do setor privado (“novo desenvolvimentismo”)	31
4.2 O desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado (“social desenvolvimentismo”)	33
4.3 O Governo Lula (2003-2010), políticas de superação do subdesenvolvimento e cooperação Sul-Sul	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se da formação do sistema econômico mundial ocidental após a Segunda Guerra Mundial e de seus desdobramentos quanto as questões políticas e econômicas sobre a América Latina e Brasil que, naturalmente, tem seus efeitos perpetuados até os dias atuais. De maneira geral, o que se pretende observar e analisar é a maneira como existe um sistema mundial econômico único e desigual, dividido entre os países centrais e os outros países que, dentro desta formação, são totalmente dependentes destes. Especificamente, a teoria Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein nós ajuda a compreender esta divisão e estará presente quase que em todo este trabalho, mesmo que de maneira indireta. Através da análise desta formação, das características estruturais dos países latino-americanos e das ações realizadas por parte do Estado, observaremos se houve em algum momento da história brasileira, mais precisamente na primeira década do século XXI, desdobramentos que foram capazes de levar o Brasil para o caminho do desenvolvimento econômico e social, que por muitos anos não fora pauta por parte dos líderes do Estado. E, conseqüentemente, iniciou-se a construção de uma nova geografia internacional através de acordos de cooperação com os países do Atlântico Sul, capazes de alterar as características estruturais dentro do sistema mundial capitalista. Além do surgimento de uma nova geografia e a busca pelo desenvolvimento, a mudança na posição mundial do Brasil na lógica do sistema capitalista fica evidente conforme as transformações vão ocorrendo.

Para cumprir tal propósito, este trabalho está dividido em quatro partes, além desta breve introdução aos objetivos. O capítulo 1 aborda como foi o início da formação do sistema econômico internacional no século XX a partir da Segunda Guerra Mundial, tendo como principal personagem os Estados Unidos. Procura-se entender como sua posição política e econômica foi sendo direcionada para moldar e legitimar sua hegemonia no sistema mundial e dessa forma, entender como esta estrutura hegemônica é importante para abordar o conceito de países centrais e periféricos. Além disso, introduziremos o conceito da Teoria Sistema Mundo, de Immanuel Wallerstein e suas respectivas diferenças produtivas entre as divisões hierárquicas dos países dentro desta.

O capítulo 2 consiste na formulação e compreensão da estrutura econômica das regiões periféricas da América Latina, durante todo o período após o segundo conflito mundial até a entrada para o século XXI e como esta região foi inserida no contexto internacional do sistema mundial econômico. Através da análise das estruturas é abordado

as origens do subdesenvolvimento e como este tem sua manutenção perpetuada pelo atual sistema em vigência. Ao final da segunda parte, é trabalhado a retomada da ideologia liberal, pelas relações de subordinação aos países centrais e as instituições financeiras financiadas pelos mesmo e suas consequências aos países periféricos.

O terceiro capítulo introduz a retomada do liberalismo econômico nas regiões periféricas imposto pelas grandes potências ocidentais e aborda as problemáticas e respostas que esta corrente ideológica trouxe ao continente latino-americano. Com o fracasso dos governos neoliberais e as respostas com modelos de desenvolvimentismo criados é exposto a análise através do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, exemplificando as ações tomadas pelo Estado brasileiro que procurou desenvolver as situações em que fossem em direção a superação da condição de país subdesenvolvido através destas ações e a cooperação com outros países do Atlântico Sul, criando como consequência, uma nova geografia internacional dentro da estrutura do sistema.

E por fim, o último capítulo é responsável pelas considerações finais, retomando a discussão por completo, de maneira objetiva, a indagar se houve, na primeira década do século XXI, a busca pelo desenvolvimento econômico e social, tendo como consequência a construção de uma nova geografia internacional pela cooperação aos países denominados Sul-Sul. Toda a pesquisa deste trabalho, baseou-se em ampla análise bibliográfica.

2- RECONSTRUÇÃO ECONÔMICA DO OCIDENTE APÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: OS ESTADOS UNIDOS À FRENTE

A história das relações internacionais nos diz que nenhuma nação jamais teve uma posição privilegiada e nenhuma nação nasceu com um destino predestinado de comandar, transformar ou civilizar outros seres humanos. Segundo Fiori (2012) todos os países que projetaram sua influência e poder para fora de suas fronteiras nacionais e acabaram liderando suas regiões ou o próprio sistema mundial, em algum momento, também foram sociedades periféricas. Entretanto, foram sociedades que se colocaram, como objetivo principal, a mudança de sua posição dentro da hierarquia de poder e da distribuição de riqueza mundial. Também, foram sociedades que se unificaram e atuaram para enfrentar e superar suas inferioridades e momentos de dificuldade, mantendo-se focados nos objetivos de longos períodos do tempo, independente das mudanças internas dos governos.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, os principais países desenvolvidos do Ocidente se encontravam preocupados e cautelosos com a condução da relação internacional no pós-guerra. Para a maioria, a memória do período anterior sobre a Primeira Guerra Mundial e suas consequências políticas e econômicas ainda eram recentes e assustadoras. Tornou-se evidente que a reconstrução econômica e política do mundo para o período situava-se em termos de negociações internacionais e como os países desenvolvidos deveriam tomar frente deste processo. Diante da situação, “O Conselho de Relações Internacionais de Nova York e o Departamento de Estado formaram grupos de estudo para a produção de relatórios sobre como o país deveria levar à frente a sua visão de mundo. Assim que os Estados Unidos entraram na guerra, o planejamento oficial começou a ser levado a sério e centenas de pessoas do governo, do meio empresarial e acadêmico trabalharam para traçar os desígnios da paz.” (FRIEDEN, 2008. pág.212)

Para a maioria do Ocidente e para as nações que gostariam de liderar as relações políticas e econômicas, era irrefutável a abertura econômica mundial junto da participação dos Estados Unidos neste processo. Neste momento, a posição era favorável aos americanos e que logo consolidariam sua visão de mundo, além de liderar toda a condução de reconstrução do hemisfério ocidental. No decorrer da guerra, a visão norte-americana sobre sua posição se consolidou. “O governo e o empresariado passaram a se concentrar em três elementos da ordem do pós-guerra: um comércio mais livre, a estabilidade monetária internacional e a recuperação dos investimentos internacionais.” (FRIEDEN, 2008, pág.213)

Uma abertura do comércio significaria maior mercado para os produtos norte-

americanos, além de utilizar da superioridade tecnológica para exportar seus produtos e alcançarem maiores nichos para seus investimentos. Estabilidade monetária e a recuperação dos investimentos era extremamente importante para a manutenção, segurança e consolidação do sistema mundial que estava prestes a mudar parte de sua estrutura. Indo de encontro aos objetivos, em 1944, foi formulado o padrão-ouro-dólar¹, proposto por John Maynard Keynes e Harry Dexter White, ambos representantes dos tesouros nacionais britânicos e norte-americanos, respectivamente. A padronização monetária internacional que se planejou, conseguiu estabilidade financeira com flexibilização e uma ancora financeira rígida nos moldes do antigo padrão ouro².

Devido a relutância de muitos agentes econômicos internacionais e incertezas sobre o futuro da direção da política internacional, duas grandes instituições financeiras foram formuladas. Com a liderança de Keynes e White, foram propostas a criação de um Fundo Monetário Internacional (FMI) e um Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial). Estas instituições tinham como objetivo garantir e assegurar a reconstrução econômica dos países da Europa e da Ásia, ambas fortemente atingidas pela destruição e devastação da guerra. Em 1944, na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire, mais de mil representantes de mais de 40 países se reuniram e projetaram planos para o FMI e o Banco Mundial.

“[...] Bretton Woods foi um componente essencial da idade de ouro de crescimento no pós-guerra. O acordo proporcionou um grau de estabilidade admirável nas taxas de câmbio, quando comparado à volatilidade nos períodos precedente e subsequente. O acordo acabou com os problemas nos pagamentos, permitindo a expansão sem precedentes no comércio e investimentos internacionais que alimentaram o crescimento explosivo no pós-guerra.” (EICHENGREEN, p.131)

A criação do FMI, segundo Eichengreen (2000) foi feita para monitorar as políticas econômicas nacionais dos países necessitados e oferecer financiamento para equilibrar os balanços de pagamentos de países em situação de risco, além de dispor de recursos financeiros e poderes de monitoração, tinha condições de penalizar os governos responsáveis por políticas que desestabilizassem o sistema internacional e oferecer compensações aos países que fossem afetados negativamente. Na liderança das novas instituições se encontravam, principalmente, representantes dos Estados Unidos e o “novo” capitalismo que acabava de surgir era “diferente” e ainda não existiram instituições como estas criadas. Os americanos acabavam de dar um passo à frente no seu projeto de liderança e reconstrução do

¹ Para compreender as mudanças para o padrão ouro-dólar ver EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital. p.123-125.

² Ver EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital. p.94-97

ocidente.

Keynes e White foram de grande importância para definir as novas matrizes econômicas do pós-guerra e as instituições fundadas definiram a nova ordem mundial capitalista pelos próximos 25 anos que sucederam. Porém, a tarefa dos Estados Unidos teria outros rumos e estas instituições apenas serviram para hegemonizar a liderança americana frente à outras nações e delimitar o novo molde do sistema capitalista global, como argumenta Jeffrey A. Frieden:

“A principal importância de Bretton Woods foi a derrota do isolacionismo econômico do período pré-guerra e da séria ameaça de que com a vitória militar esse país, mais uma vez, se voltasse para o nacionalismo econômico. Dessa forma, a questão sobre a eficácia do Banco e do Fundo à luz dos acontecimentos do pós-guerra (muitos dos quais imprevisíveis) não é tão importante quanto o fato de estes terem estabelecido os princípios de cooperação dos Estados Unidos para a solução dos problemas econômicos internacionais do futuro.” (Frieden; 2008; p.218)

O sistema econômico da parte ocidental encontrava-se debilitado e as instituições fundadas em Bretton Woods eram irrelevantes se comparado com o grande trabalho para reconstrução europeia. A guerra foi mais devastadora as economias e sociedades do que se esperava. Os países envolvidos haviam destinado grande quantidade de suas finanças ao custeio da guerra e não encontravam rendimentos para a importação de matéria prima, alimentos e equipamentos tecnológicos para reconstrução. “No pós-guerra, o PIB per capita dos aliados europeus – União Soviética, França, Bélgica, Holanda e outros – correspondia a menos de 4/5 do que valia em 1939; na maioria deles, os índices de 1946 estavam bem menores que os do início da década de 1920. “(FRIEDEN, 2008, pág. 218).

Os americanos mudaram de patamar na ordem econômica mundial, passaram a liderar o comércio, além de controlar e direcionar o destino das finanças e investimentos internacionais. Segundo Frieden (2008) o início da liberalização do comércio passou por cima da antiga Organização Internacional do Comércio (OIC). Em 1947, 24 países assinaram um provisório Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt – General Agreement on Tariffs and Trade). O acordo reduzia diversas barreiras comerciais e promovia fóruns com consultas políticas comerciais e negociações para as nações industrializadas. Os países desenvolvidos do Ocidente haviam entendido a nova ordem mundial e procuravam a meta de um comércio internacional mais “justo”. O dólar neste momento era a única moeda estável. “Os Estados Unidos se voltaram para o mundo após 1945 devido a uma mudança de condições, não de mentalidade. “(FRIEDEN, 2008, pág.219). A modificação na postura econômica, com o fortalecimento dos norte-americanos e enfraquecimento dos europeus evidenciou que os

Estados Unidos ditariam e influenciariam o resto do mundo. A ajuda e os empréstimos para reconstrução são a primeira evidência da mudança do panorama ocidental, conforme argumenta Frieden:

“A ajuda e os empréstimos do governo norte-americano foram a primeira contribuição do país para o crescimento da Europa ocidental e do Japão após a guerra. Imediatamente após o conflito, os Estados Unidos enviaram mais de US\$10 bilhões como assistência emergencial à Ásia e à Europa. Em grande parte, a ajuda se deu pelo fornecimento de comida e de outras necessidades básicas a populações muitas vezes famintas. O Plano Marshall e o programa japonês paralelo se destinavam à reconstrução econômica.”

[...]. No primeiro ano de funcionamento, a assistência do Plano Marshall era de 3% a 6% da renda nacional da maioria dos países europeus beneficiados e, em média, significava 1/4 de seus investimentos totais. Em alguns países menores, a ajuda do Plano Marshall correspondia a mais de 1/10 da renda nacional.” (FRIEDEN; 2008, p.224)

Além de toda a ajuda financeira com empréstimos, os mercados americanos também eram outro recurso comumente utilizado pelos que desejavam importar tecnologia, matéria prima e principalmente alimentos para estimular a reconstrução das nações. Toda Europa e o Japão experimentavam agora, com a liberalização e abertura do comércio, uma alavancagem exportadora com base nos Estados Unidos e que perdurou até o fim da década de 1950. O ambiente político estabelecido pelos americanos foi extremamente impactante tanto quanto o comércio e o capital investidos na reconstrução. A imposição e apoio às novas instituições financeiras, a condução da liderança americana no bloco ocidental e o comprometimento nas questões mundiais foram importantes para garantir condições seguras aos investidores por toda Europa e Japão.

É imprescindível não deixar de notar a importância do sistema Bretton Woods para as relações seguintes que sucederam o episódio da guerra. As economias do Ocidente foram reconstruídas com bases em alianças entre as nações. Lideradas pelos Estados Unidos, houve uma aceleração absurda no crescimento com cada nação respeitando suas diferentes peculiaridades. “O sistema de Bretton Woods governou as relações econômicas internacionais dos países capitalistas avançados da Segunda Guerra Mundial ao início da década de 1970.” (Frieden, 2008, pág.249). Com o acesso ao capital, ao mercado e as tecnologias americanas a favor das nações em reconstrução, com a remoção de barreiras protecionistas nacionalistas e a busca pela paz, evitando conflitos, houve um momento de prosperidade entre as nações ocidentais. Durante as décadas de 1950 e 1960, as nações industrializadas do Ocidente aceitaram e prosseguiram junto aos Estados Unidos em busca de uma nova ordem. Para Frieden, essa nova ordem significaria:

“A nova ordem combinava internacionalismo e autonomia nacional; mercados e aspectos sociais; além de prosperidade, estabilidade social e democracia política. Essa ordem permitia, ao mesmo tempo, uma abertura econômica internacional e controles sobre investimentos de curto prazo, proteção agrícola e sistemas preferenciais de comércio [...]” “[...] A ordem testemunhou o crescimento mais rápido e a estabilidade econômica mais duradoura da história moderna.” (FRIEDEN, 2008, p.249)

Portanto, pela análise de todo o processo de reconstrução do panorama econômico das nações do Ocidente, da fundação de novas instituições financeiras com o propósito de constituir um padrão e solidificar um sistema que pretendia amparar e financiar projetos de reconstrução das economias do Ocidente e do projeto de solidificar e confirmar a hegemonia dos norte-americanos no destino das políticas internacionais conseguimos explicitar e desenvolver a Teoria Sistema Mundo exposta por Immanuel Wallerstein em sua obra – *O Sistema Mundial Moderno, vol. I, II e III*. Assim, se estruturam quase todas as características da nova ordem capitalista no pós-guerra. As inter-relações nas esferas políticas, econômicas e sociais imposta pela nova superpotência norte-americana delimitou e concretizou uma grande mudança no topo do ranking dos países centrais. Criou-se uma relação de dependência para o futuro do Ocidente posteriormente a guerra e que esta Teoria Sistema Mundo pode nos ajudar a compreender a manutenção de um sistema vigente desde o século XVI.

2.1 – Teoria sistema mundo: contribuição para análise das relações internacionais

A Teoria Sistema Mundo tem como objetivo a análise histórica da formação do capitalismo europeu datada a partir do século XVI, com o surgimento de novos territórios em posse da Europa, desenvolvendo assim a formação de um sistema-mundo capitalista. Com a formação de um novo sistema, a compreensão do processo é centralizada em como a formação deste sistema acometeu um desenvolvimento desigual dos países englobados nesta estrutura que guia a análise deste sistema.

A primeira etapa deste processo trabalha as origens e condições primitivas do sistema mundial pertencente ao sistema europeu. A segunda etapa trata da consolidação deste sistema entre os séculos XVII E XVIII. A terceira etapa, se refere aos séculos XIV e XX, tratando da transformação do sistema em virtude dos grandes avanços tecnológicos e do crescimento exponencial do industrialismo no século XIX. A quarta e última etapa trabalha do século XX até a atualidade, observando as mudanças de toda uma estrutura, de modo intenso e revolucionário, após as guerras mundiais, em destaque para a Segunda Guerra Mundial, e assim entregando mudanças consolidadas provocada por este sistema. Todas estas transformações têm como similaridade, a divisão internacional do trabalho e a acumulação desigual ou quase total do capital que os grandes Estados Soberanos que se beneficiaram.

Esta divisão destoante acumulada durante os séculos, permitiu-se criar uma base importante para o sistema, pois ela é fundamental para iniciar uma divisão hierárquica e totalmente benéfica aos países do centro pertencente. A divisão hierárquica é uma pirâmide diluída entre os países de centro no topo da pirâmide, países semiperiféricos no meio e países periféricos na base da pirâmide. As partes desta divisão na pirâmide, apresentam um certo nível de produção dentro de suas respectivas categorias. Os países de centro são responsáveis pela acumulação de capital e dos produtos de maior valor agregado e tecnológico, além de possuir total autonomia sobre a condução de suas políticas internacionais e sobre as negociações com os outros países restantes do sistema, ao redor do mundo; os países periféricos são destinados exclusivamente para a produção e exportação de matéria-prima e bens primários, sem nenhum valor agregado e com nenhuma autonomia internacional quanto suas políticas e negociações e são totalmente dependentes no sentido tecnológico quanto comercial do sistema no qual estão inseridos; os países semiperiféricos atuam em duplicidade como produtores e exportadores de bens primários para o centro e possuem algumas políticas econômicas próprias e certos mercados para atuar e em outros momentos atuam como produtores e exportadores de bens tecnológicos para a periferia, por exemplo, sendo assim considerados países intermediários inseridos no sistema. Além do aspecto cultural poder demonstrar pela força de suas culturas nacionais, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1: Características formadoras do Sistema Mundo

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semiperiferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semiespecializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: Martins, J. R. (2015) Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?

A divisão hierárquica do sistema entre os países reflete em uma dependência dentro do próprio sistema. Países periféricos e semiperiféricos tem seu desenvolvimento totalmente estagnado, pois produzem e exportam matérias primas e produtos com baixo valor agregado e importam produtos de alto valor agregado, sendo que a base para o produto agregado veio de seu próprio território. Países centrais concentram toda a tecnologia e os produtos de alto valor agregado para exportação. Neste sistema, a tecnologia é praticamente poder político e poder econômico. Os países centrais possuem tecnologia e mão de obra especializada, enquanto os demais possuem mão de obra primitiva e matéria prima como base de sua economia.

Em toda história do mundo existiram várias economias-mundo. O termo economia-mundo se referia antes a economia exclusivamente europeia e que depois, se torna uma economia mundial, com a globalização do capital. Em toda história existiram várias

economia-mundo e cada uma delas possuía um certo tipo de capitalismo vigente, entretanto nenhuma dessas economias mundo conseguiu se manter necessariamente por um longo tempo quanto essa que surgiu no século XVI e esta, por ter se mantido por tanto tempo, conseguiu desabrochar uma estrutura “completa” e propriamente capitalista.

O moderno sistema mundial é constituído, portanto, por uma economia-mundo em incessante expansão, cuja divisão de trabalho exhibe uma tensão centro-periferia baseada na troca desigual; e por uma superestrutura política constituída por Estados Nacionais formalmente soberanos, reconhecidos e constrangidos por um sistema interestatal (Wallerstein; 2000; p. 254).

Para Wallerstein (1984) os Estados nacionais dos novos territórios incorporados, como o brasileiro, operam basicamente no sentido de facilitar tanto a periferização dos processos de produção na região, como garantir os fluxos de mais-valia dessas para as regiões centrais via sistema de trocas desiguais e outras.

Dessa forma, a Teoria do Sistema Mundo evidencia o estudo do sistema capitalista mundial, que se desenvolveu durante este período, e suas dinâmicas entre as relações de poder enfatizadas neste sistema. Existe uma identificação e divisão entre os países centrais mais bem classificados, localizados no topo da dinâmica capitalista, e os menos privilegiados, classificados como semiperiféricos e periféricos. Portanto, observa-se uma relação entre a estrutura postulada deste sistema com a ideia de desenvolvimento dos países inseridos, embora não seja explícita ou observada nas relações, a utilização da desigualdade na condução das políticas internacionais e nas trocas comerciais tem-se benefícios obtidos para os grandes e principais Estados na economia mundial, como os Estados Unidos no pós Segunda Guerra Mundial, dada a apropriação de capital e tecnologia e a condução dos fluxos globais de mais-valia, levando assim, ao questionamento da possibilidade de modificar as estruturas e posição dentro do sistema. Assim, tem-se o questionamento sobre quais condições um país poderia subir de posição dentro desta pirâmide hierárquica e modificar as relações com outros países. Para tal, é necessário compreender os processos que determinaram as estruturas do sistema mundo atual do modo como é visto e conhecido hoje.

A desigual distribuição do capital acumulado e do capital humano durante os séculos fornecem uma forte tendência para a automanutenção do sistema-mundo moderno. São as relações internacionais que contribuem para a manutenção de um centro, com alta capacidade tecnológica e grande capital acumulado, e de regiões periféricas, onde predomina os poucos investimentos e baixa qualificação da mão de obra, e com Estados com pouca autonomia governamental e internacional.

3 – INSERÇÃO DA PERIFERIA NO “NOVO” CONTEXTO DO SISTEMA ECONÔMICO MUNDIAL E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS NO PÓS-GUERRA

É interessante notar como os países desenvolvidos, atuam hoje pressionando as economias em desenvolvimento. Segundo Ha-Joon (2002) estas economias são frequentemente recomendadas a seguirem as boas políticas e as boas instituições que “preocupam” em promover o desenvolvimento econômico. As boas políticas seriam escolhidas pelo Consenso Washington, como recomendações do tipo liberalização econômica e financeira e políticas macroeconômicas restritivas. As boas instituições também seriam as instaladas nos países centrais, como os EUA e Inglaterra. Para os países de centro, as boas políticas e boas instituições foram utilizadas e criadas enquanto os países estavam em processo de desenvolvimento. Entretanto, a história não ocorreu nestes caminhos.

Os países desenvolvidos hoje, não teriam toda a estrutura econômica e política desenvolvida se utilizassem das recomendações destinadas aos países em desenvolvimento. Muito deles, ao longo de sua trajetória utilizaram de políticas comerciais e industriais protecionistas, hoje vista como políticas ruins e atrasadas. E muitas das instituições existentes hoje não existiam no século XIX e no início do século XX, período em que estes estavam em desenvolvimento, e são recomendadas a países em desenvolvimento.

Os EUA e outros países hoje desenvolvidos, por exemplo, entre 1820 até 1931 adotava tarifas altamente protecionistas, como mostra o quadro a seguir, publicada por Ha-Joon (2002), para defenderem suas indústrias nascentes, e hoje pressionam os países em desenvolvimento a liberalizem o comércio e a indústria.

Quadro 2- Taxa tarifária média dos produtos manufaturados em países em desenvolvidos selecionados nos primeiros estágios de desenvolvimento (peso médio; em porcentagem de valor)

	1820	1875	1913	1925	1931	1950
Áustria	R	15-20	18	16	24	18
Bélgica	6-8	9-10	9	15	14	11
Dinamarca	25-35	15-20	14	10	N.D.	3
França	R	12-15	20	21	30	18
Alemanha	8-12	4-6	13	20	21	26
Itália	N.D.	8-10	18	22	46	25
Japão	R	5	30	N.D.	N.D.	N.D.
Reino Unido	45-55	0	0	5	N.A	23
EUA	35-45	40-50	44	37	48	14

Fonte: CHANG, Ha-Joon (2002). Chutando a Escada.

Partindo do pressuposto, cabe analisar aqui as economias latino americanas nos pós-guerra, o momento da inserção neste novo contexto mundial das economias periféricas, suas estruturas internas e suas políticas macroeconômicas no decorrer das décadas. Estas economias, apresentavam um padrão específico em suas estruturas no momento de inserção na economia mundial depois de uma mudança de agentes na estrutura da economia mundo. São denominadas como periferia em relação aos países centrais (EUA e Europa) e dispõem-se no cenário como produtores de bens e serviços com demanda comercial internacional com pouco dinamismo e alta elasticidade em relação aos preços, importadores de bens e serviços com alta demanda e com baixa elasticidade de preços, além de absorverem tecnologias e padrões de consumo moldados para os países centrais, mas que eram na maioria das vezes ineficientes pela disponibilidade de recursos e pela falta de renda para o consumo.

“As estruturas socioeconômicas periféricas apresentavam um modo próprio de se industrializarem, de obterem progresso técnico e crescerem e um modo próprio de absorver a força de trabalho e distribuir a renda. (BIELSCHOWSKY; 2000; p.22) ”. Assim, as características principais destes países, o processo de crescimento e desenvolvimento, da geração de emprego e da distribuição de renda são diferentes das características encontradas nos países centrais. A principal diferença se dá no nível tecnológico encontrado e nas estruturas econômicas pouco diversificadas quando se comparado aos países centrais, que se encontram em um cenário totalmente oposto, com cadeias produtivas bem distribuídas, estruturas econômicas diversificadas e com tecnologias difundidas por toda a estrutura.

No período seguinte a Segunda Guerra Mundial, as economias latino americanas encontravam-se em pleno processo de urbanização e industrialização, devido a grandes liberalizações no comércio externo que beneficiaram as importações nos períodos seguintes. Do ponto de vista analítico, pouco se tinha informações e dados sobre o processo de desenvolvimento via industrialização nesta região e ficava evidente que seria totalmente diferente de como ocorrera nos países centrais.

“Havia para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar. ”
(BIELSCHOWSKY, 2000, p.24)

Frente a estes desafios e a grande insatisfação dos latino-americanos sobre a exclusão de políticas destinadas a região, em 1958 foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que visava a compreensão e elaboração de planos econômicos e sociais com o intuito de melhorar e desenvolver os países periféricos. A CEPAL, desde sua criação foi a

principal fonte mundial de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana. Tem grande contribuição à história pelo fato de ter construído um corpo analítico específico, com enfoque e aplicação histórica sobre a real condição da periferia latino-americana e que tem grande embolso para toda análise feita nesta parte do trabalho.

O modo como o comércio internacional, o progresso técnico e o crescimento ocorre nos países periféricos tem total contraste com os países centrais. ” A vulnerabilidade externa periférica latino-americana aos ciclos econômicos, resultava em processos inflacionários com um forte componente exógeno e tendências a contrações cíclicas internas que, politicamente, potencializavam soluções macroeconômicas pouco recomendáveis. “(BIELSCHOWSKY, 2000, p.27).

O processo de industrialização, desde o início, era acompanhado da vulnerabilidade externa, pois por muito tempo manteve-se a condição de exportadora de produtos primários, de demanda inelástica nos países centrais, e de importadora de produtos industriais, de alta elasticidade de demanda na periferia, que configurava característica principal da periferia. Este processo enfrentaria uma tendência permanente ao desequilíbrio na balança de pagamentos. Furtado (1974) também menciona o fato da tendência ao desequilíbrio na balança de pagamentos:

“Visto o problema de outro ângulo: posto que a pressão no sentido de adotar novos padrões de consumo se mantém alta - ela está condicionada pelo avanço da técnica e da acumulação, e a correspondente diversificação do consumo, que se estão operando nos países cêntricos -, as relações internas de produção tendem a assumir a forma que permite maximizar o excedente. Daí que apareçam crescentes pressões, ao nível da balança de pagamentos, quando o país atinge o ponto de rendimento decrescentes na agricultura tradicional de exportação e/ou enfrenta deterioração nos termos do intercâmbio.” (FURTADO; 1974)

A industrialização, nomeada como substituição de importações, segurava as importações por um lado, mas criava novas condições e exigências por outro, como a organização da nova estrutura produtiva criada, quanto ao crescimento da renda gerada, mas sem recursos ou meios para aloca-la. Assim, enquanto processo de industrialização acontecia, apenas alteraria a composição final das importações e continuaria a enfrentar o problema da falta de reservas internacional. Para Bielschowsky (2000) a dinâmica de substituições consiste na forma em como a economia reage a sucessivos estrangulamentos do balanço de pagamentos. Pela incessante pressão sobre as importações, a industrialização vai instalando em setores de fácil instalação, pouco exigentes em tecnologia, capital e escala, e vai migrando a segmentos cada vez mais sofisticados e exigentes.

É de fácil entendimento que os países cêntricos só tinham a ganhar com a

industrialização da periferia e com isso, uma maior abertura à importação de produtos nela produzidos. Segundo Bielschowsky (2000) os países desenvolvidos utilizavam do argumento de que havia ampla “solidariedade intrínseca” entre a industrialização e expansão do comércio internacional.

Quanto as condições estruturais internas das economias periféricas, segundo Bielschowsky (2000), destaca-se dois argumentos iniciais e centrais sobre estas estruturas. O primeiro, as economias periféricas herdaram uma base econômica especializada em poucas atividades de exportação, com baixo grau de diversificação e com integração setorial e verticalização totalmente reduzidas. Dessa forma, as novas exigências sobre as importações enfrentavam dificuldades pela falta de disponibilidade de financiamento externo e a pouca renda disponível para consumo dos produtos industrializados.

O outro argumento era a baixa produtividade de todos os setores, exceto o setor de exportação, pois tinha grande capacidade de exportação e era combinada com um grande excedente de mão-de-obra, com baixa produtividade média per capita e assim, reduzia a possibilidade de elevar as taxas de poupança nessas economias, limitando a acumulação de capital e o crescimento.

Em suma, as economias periféricas se encontravam no início da industrialização com graves problemas de insuficiência de poupanças e divisas. A continuidade da difusão do progresso técnico, com a industrialização, estava fadada e ameaçada pelo conjunto de problemas que eram característicos das economias periféricas. Como consequência destas duas características distintas das estruturas produtivas, especialização e heterogeneidade estrutural³ e tecnológica, o processo de industrialização leva a três tendências indesejadas: desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, inflação e desemprego.

Quanto ao desequilíbrio estrutural na balança de pagamento, era resultado das exigências de importação de economias em industrialização que se especializaram em poucas atividades exportadoras e enfrentavam o problema da baixa elasticidade de demanda por suas exportações.

A tendência a inflação decorria tanto do desequilíbrio na balança de pagamentos como das demais insuficiências causadas pelo processo de industrialização em economias pouco diversificadas, como a rigidez agrícola e escassez de energia e transporte. Nestas situações, o FMI apresentava frequentemente políticas de estabilização por ajuste recessivo, ou seja,

³ Termo cunhado nos anos 1960 por Aníbal Pinto, onde todos os setores, exceto o de exportação, abrangiam um amplo excedente real e potencial de mão de obra, e uma baixa produtividade média per capita reduzia a possibilidade de elevar as taxas de poupança nessas economias, limitando a acumulação de capital e o crescimento.

recomendava desvalorizar fortemente o câmbio e se procurava neutralizar o efeito inflacionário desta medida com grandes contrações fiscais e monetárias. Entretanto, não se pode aplicar estas políticas em economias em desenvolvimento, pois faz com que se atrase ainda mais a estrutura interna. A única maneira de evitar a inflação seria alterar as condições estruturais, por meio de um esforço de crescimento contínuo e planejado. Políticas fiscais e creditícias causam recessão e reforçam as tendências inflacionárias estruturais.

E o desemprego era resultado da incapacidade das atividades exportadoras de absorver o excedente de mão-de-obra como da insuficiente capacidade de absorção pelas atividades modernas destinadas ao mercado interno, pela falta de capacitação. Para que as estruturas fossem capazes de absorver o desemprego, era necessárias grandes quantidades de formação de capital e crescimento, que nas condições dos países periféricos, representavam um admirável desafio.

O processo de industrialização evidenciava a frágil estrutura interna para alocar todos os recursos provenientes da indústria. A urbanização correspondente acontecia com crescente empobrecimento e favelização da população, demonstrando a incapacidade de absorção da força de trabalho da zona rural por atividades produtivas modernas.

É interessante notar como a vulnerabilidade externa tem grande destaque na análise e no desenvolvimento das condições estruturais internas dos países periféricos e na inserção destas economias no sistema mundial moderno. Esta vulnerabilidade vai pautar e estar presente em quase todos os momentos até onde for necessário analisar algum condicionante no desenvolvimento periférico. Assim, permanece no eixo central a forma diferenciada como o crescimento e o progresso técnico se processam nas estruturas econômicas e institucionais dos países subdesenvolvidos e como isso impacta totalmente o comércio internacional.

Além do grande problema da vulnerabilidade externa, o processo de industrialização na América Latina era acompanhado da análise econômica de dependência, tanto tecnológica como financeira e tinha a ideia básica de que a industrialização correspondia a um novo meio de exploração secular que o capitalismo determinava aos trabalhadores das regiões subdesenvolvidas, com total apoio das elites locais. O processo de acumulação do capital era inseparável da expansão capitalista internacional e constituía parte do processo que apenas enriquecia os países desenvolvidos e a pequena elite local que os representava. Para Frank (1964) o sistema capitalista mundial funciona na base da formação e exploração do conjunto de satélites e subsatélites, que se reproduz dentro de cada país, formando subsistemas de exploração domésticos ligados ao sistema mundial.

Ainda dentro do pensamento cepalino, a análise de dependência tecnológica,

financeira e comercial das economias periféricas em relação aos países centrais, a mais importante e politicamente mais compreensível foi desenvolvida por Osvaldo Sunkel, como mostra a citação:

“[...] em todo o mundo havia uma única economia capitalista. Tanto no que se refere a padrões tecnológicos como a padrões de consumo era total e crescentemente integrada, especialmente através da expansão mundial das corporações transnacionais. O problema do subdesenvolvimento residia no fato de que, enquanto no “centro” a maior parte dos trabalhadores encontrava-se integrada ao mundo moderno, na “periferia” isso ocorria somente com uma pequena fração da população.” (Osvaldo Sunkel, 1969)

Dessa forma, os benefícios do progresso técnico deveriam ser concentrados na melhor distribuição de renda entre classes, quanto no que diz respeito a distribuição entre os setores, promovendo a integração setorial entre regiões de um mesmo país. (Pinto, 1966). A industrialização não havia removido a dependência, apenas alterou a composição. Para Pinto (1966) a industrialização em curso não eliminava a heterogeneidade estrutural, apenas modificava o seu formato. O subdesenvolvimento é um processo que se perpetua no sistema, apesar do crescimento econômico acontecer.

3.1 – A lógica do subdesenvolvimento

Pelas descrições estruturais mencionadas anteriormente e por uma observação simples da história contemporânea, é possível observar o conjunto de formações sociais marcadas por grande heterogeneidade tecnológica, desigualdades em relação a produção das áreas urbanas e rurais, uma parcela significativa da população vivendo em níveis de subsistência e crescente desemprego urbano são chamadas de economias subdesenvolvidas. Os processos de formação destas economias, estão diretamente ligadas a criação do capitalismo industrial e seus desdobramentos desde o surgimento, como a acumulação do capital e o aumento da produtividade do trabalho.

A divisão internacional do trabalho criada pelo capitalismo no século 20 criou uma estrutura socioeconômica diferente. Além de aumentar o produto líquido interno da estrutura redistribuindo o uso da mão de obra disponível nessas economias, Furtado (1974) argumenta que o ponto de partida para o subdesenvolvimento é o aumento da produtividade do trabalho gerado pela simples realocação de recursos para obter uma vantagem comparativa fixada no comércio internacional. O progresso tecnológico envolve a introdução de métodos de produção mais eficientes, como a introdução de novos produtos para consumo na cadeia produtiva e a rápida acumulação de capital pelos países centrais, acrescentou progresso tecnológico significantes em muitas regiões. As transformações destas economias se fazem

através do comércio exterior. Como existe um aumento de produtividade, um excedente adicional é criado. Assim criado, esse excedente pode permanecer quase a totalidade no exterior ou ser utilizado internamente para financiar e implementar novos padrões de consumo em que uma minoria privilegiada poderá consumir. O excedente era destinado, principalmente, a financiar e introduzir novos padrões de consumo que estavam surgindo nos países do centro do sistema econômico. (FURTADO; 1974). Esse uso adicional do excedente deu origem as formações sociais chamadas de economias subdesenvolvidas.

O capitalismo industrial levou aos países centrais a especializarem em atividades na qual os processos produtivos penetravam rapidamente nestas estruturas e aos países periféricos, o capitalismo industrial permitiu que se especializassem em métodos produtivos em que o progresso técnico era quase insignificante, ou através da exportação de recursos naturais não-reprodutíveis.

Para de fato capturar a natureza do subdesenvolvimento, é importante analisar simultaneamente o processo de produção, desde a realocação dos recursos dando origem ao excedente, como o processo de circulação, meio onde são utilizados o excedente com o propósito de reproduzir os padrões de consumo dos países cêntricos sem a respectiva acumulação de capital. Coexistentes, estes processos engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução de estruturas sociais subdesenvolvidas. Estes processos foram descritos ora por Bielschowsky (2000), com o fato da vulnerabilidade externa com a exportação de matérias primas não-reprodutíveis e pelas substituições de importações, disfarçando a produção e reprodução de outros estilos de vida e consumo.

Dessa forma, é compreensível que estas reproduções sociais características, definidas como o subdesenvolvimento, estão conectadas com as formas de comportamento condicionadas pela dependência. Para Furtado, as crescentes pressões feitas pelos países cêntricos, no sentido de introduzir novos padrões de consumo tem grande fundamento para tal, mas também alerta sobre a dependência:

“Com a pressão no sentido de acompanhar a renovação dos padrões de consumo no centro se mantém, surge uma tendência à concentração da renda com reflexos nas estruturas sociais, as quais tendem a assemelhar-se às dos países tipicamente subdesenvolvidos. Este ponto põe em evidência que o fenômeno que chamamos de dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação da dependência. Mas nem sempre a dependência criou as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido” (FURTADO; 1974)

As formas como as economias subdesenvolvidas cresciam à base de exportações de trabalho barato incorporado a produtos industriais manufaturados por grandes empresas

estrangeiras e destinados ao mercado externo ou a uma pequena minoria privilegiada de capital são condições gerais ligadas à situação para persistirem a dependência. Assim, estas formas contribuíram para aumentar a taxa de exploração, tanto mais que a própria razão de ser desse tipo de industrialização na periferia é a existência de trabalho barato. (FURTADO; 1974)

As relações internacionais políticas e econômicas, liderada e imposta pelos países do centro, permitiu aos países, nos quais ainda não havia industrialização, acesso a diversos padrões de consumo conectados graças ao intenso progresso técnico e acúmulo de capital concentrados no centro do sistema. Em consequência, os países periféricos puderam elevar a taxa de exploração sem que aumentassem os salários, ponto importante para superar a condição de subdesenvolvimento, independentemente da apropriação de novas técnicas produtivas.

3.2 – Crescimento da ideologia liberal, surgimento das grandes instituições financeiras e crise fiscal dos Estados

A retomada da corrente ideológica do liberalismo econômico, advinda dos países centrais e agora imposta aos países periféricos, sem opção de escolha e que deveriam seguir junto as recomendações das grandes instituições financeiras destinadas ao “desenvolvimento econômico mundial”, é encontrada pela opção generalizada na América Latina em adotar o endividamento para manter e estabilizar o crescimento obtido em meados dos anos 1960 até a recessão mundial causada pela crise petroléira em 1973.

O choque petroléiro de 1973 foi um embargo dos principais países exportadores de petróleo às nações aliadas de Israel, principalmente os Estados Unidos que era considerado como um dos principais parceiros comerciais na exportação do combustível, devido a crescente tensão e conflito militar entre países árabes, liderados por Egito e Síria contra Israel. “Em meados da década de 1970, o mundo passou por uma grande mudança na economia mundial, o período de crise a longo prazo que caracterizaria as duas décadas a partir de 1973, e que atingiu o clímax no início da década de 1980. Contudo, de início a mudança no clima econômico não foi muito notada pelos participantes do jogo das superpotências, a não ser por um súbito salto nos preços da energia provocado pelo bem-sucedido golpe do cartel de produtores de petróleo, realizado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).” (HOBSBAWM, 1995, p.191)

O momento era de crescente consumo de petróleo nos países em industrialização, fato que garantiu péssimas condições ao comércio mundial, sendo uma das causas para as

instabilidades macroeconômicas das próximas décadas, e aos países necessitados da matéria prima para continuar o processo de desenvolvimento.

“[...] uma industrialização financiada pelo petróleo a qual, incapaz de competir no mundo, era promovida e protegida internamente. A combinação de agricultura em declínio, indústria ineficiente, maciças importações estrangeiras — não menos de armas — e o boom do petróleo produziu inflação” (Hobsbawm, 1997, p. 349)

O fim do ciclo expansivo mundial marcou o início de uma etapa completamente nova na história regional. Dentre elas, uma crescente instabilidade macroeconômica que perdurou durante uma década, e uma etapa totalmente moderna, liderados pelo liberalismo e agora com a presença do setor financeiro no centro dos acontecimentos econômicos. A presença do setor financeiro deixou evidente que as políticas voltadas potencialmente à implementação de sistemas diversificados de exportação e produção, como no início da industrialização, eram quase sempre sufocadas por políticas econômicas que acabam sempre beneficiando à rentabilidade do sistema financeiro, e assim, prejudicando o crescimento e o progresso técnico.

Dentro dos diversos estudos sobre estilos de crescimento das economias latino-americanas e seguindo uma tendência otimista apesar de todo o sistema e estrutura periférica dar sinais de tendência a estagnação econômica, um trabalho publicado por Maria da Conceição Tavares e Jose Serra (1969) foi direcionado a experiência brasileira e teve grande reconhecimento:

“O processo capitalista no Brasil, em especial, embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, incorporando e excluindo setores da população e estratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema, ou ainda, ao tipo de dinamismo que o anima.” (Tavares, 1973, p. 158)

O tipo de dinamismo referido trata-se da concentração de renda nas mãos de uma pequena classe média e alta, que reajustava assim, a estrutura de demanda na direção da estrutura produtiva existente, ampliando o consumo da elite local e ampliando o excedente para financiar a acumulação, problemática já mencionada anteriormente.

Os primeiros anos da década de 1980 é marcado por eventos de crise cambial em quase todas as economias da América Latina. As elevações nas taxas de juros norte-americanas provocariam, devido as circunstâncias de grande fragilidade macroeconômica dos países periféricos, um processo que obrigaria a todos profundos ajustes recessivos, à medida

que as poucas reservas de capitais se escasseavam. Acompanhado pela opção ou obrigação pelo ajuste recessivo, aumentavam as cláusulas de “condicionalidades” impostas por parte do FMI e do Banco Mundial nas negociações de financiamento da dívida externa adquirida por estas economias na última década.

Observando o caso brasileiro, segundo Gonçalves (1991) a contração da dívida na década de 70 permitiu a obtenção de expressivas taxas de crescimento econômico. Todavia, a política de endividamento acabou por gerar uma crise fiscal do Estado. Para tanto, a estatização da dívida externa, a incapacidade do setor público em gerar recursos para financiamento das mesmas e a substituição da dívida externa por interna, revertendo o fluxo de recursos reais entre o país e o exterior, acabou deprimindo a formação bruta de capital levando a estagnação da economia. Para Gonçalves (1991) a dinâmica da inflação está atrelada a particularidades da economia brasileira. Quase toda dívida externa pertence ao setor público; o setor público não consegue gerar divisas suficientes para a cobertura do serviço das dívidas; o Estado se encontrava em desequilíbrio fiscal, estrutural e financeiro; o processo inflacionário estava embutido em um componente inercial e o conflito distributivo dos agentes econômicos, como por exemplo, as altas elevações nas taxas de juros norte-americanas.

Este período também é marcado por grandes avanços no debate e na produção desenvolvimentista. O esforço intelectual dos formuladores das políticas econômicas destinados a América Latina iria em oposição as recomendações do FMI e das instituições financeiras fornecedoras de crédito. Um trabalho publicado em 1984 pela CEPAL, intitulado “Políticas de ajuste e renegociação da dívida externa na América Latina” tem grande representatividade para o debate. O trabalho propunha a substituição do ajuste recessivo da balança de pagamentos por um ajuste expansivo. A única solução satisfatória de um ponto de vista social igualitário seria a de que o desequilíbrio externo se resolvesse em um contexto de crescimento econômico, criando um ambiente propício à dinamização dos setores, diversificação das exportações e crescimento econômico. Dessa forma, para que a solução fosse viável:

“[...] seria necessário um acordo de renegociação da dívida entre devedores e banqueiros, que aliviasse a asfixia externa e desse o tempo necessário a que os países pudessem reagir afirmativamente às mudanças de preços relativos resultantes da desvalorização cambial. Completamente, seria relevante para o ajuste uma menor atitude protecionista por parte dos países centrais. Por último, o ajuste teria que acomodar um uso mais flexível e pragmático dos instrumentos de política econômica, de modo a que se permitisse que as estruturas produtivas relativamente rígidas dos países latino-americanos pudessem acomodar a necessária realocação de recursos, na direção das exportações.” (Bielschowsky, 2000, p. 58)

Neste mesmo período, ainda sobre a evolução do pensamento crítico e analítico das políticas econômicas das regiões periféricas, ficou evidente a crescente subordinação do processo produtivo aos interesses do sistema financeiro liberal. A medida que mudanças financeiras se tornaram extremas, como a alta desvalorização cambial, o sistema produtivo foi perdendo seu poder econômico e político.

4 - NEOLIBERALISMO, MODELOS DESENVOLVIMENTISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO LULA DE SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS DO SUBDESENVOLVIMENTO

Após analisar o modo como as economias latino americanas foram inseridas no contexto econômico internacional, pela observação e análise das características estruturais, o modo como industrialização foi conduzida e o modelo desenvolvimentista percorrido por estes países após a segunda guerra mundial, esta seção trata-se de analisar a retomada da ideologia liberal nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil frente aos modelos desenvolvimentistas historicamente vividos e como essa crítica liberal exigiu resposta por parte da esquerda e da direita frente a condução do desenvolvimento econômico. Trata-se de observar estes modelos desenvolvimentistas e optar pela análise da estratégia aplicada durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) para entender se em algum momento, este modelo foi capaz de encontrar alternativas para superar o subdesenvolvimento e criar uma nova geografia neste novo contexto internacional, com a condução das políticas macroeconômicas pelo governo.

A retomada da ideologia liberal no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, entregavam várias críticas a crise do desenvolvimentismo industrial e do Estado como condutor das políticas econômicas pelo fato de realocar recursos “artificialmente” na mesma cadeia de produção e afasta-lo de sua especialização natural, ou por conceder a uma minoria privilegiada o excedente de produção gerado pelos muitos contribuintes e consumidores, a população no geral, o privilégio da acumulação de riqueza e benefícios privados.

Segundo Bastos (2012) A década de 1990 brasileira é marcada por um Estado sufocado com a estatização da dívida externa, adquiridos a irresponsabilidades de políticas econômicas, sufocamento da esfera pública no campo de privilégio a pequenos grupos empresariais, financiamento precários dos bens públicos, sucateamento das políticas sociais, crescentes pressões e estrangulamentos para cumprir a agenda da subordinação ao Fundo Monetário Internacional, sempre com políticas restritivas, afim de manter a dependência externa aos créditos e investimentos estrangeiros diretos e ao cumprimento com credores externos e internos.

Entre os anos de 1980 e 1990, o neoliberalismo que ocorreu no Brasil foi direcionado a flexibilização das leis trabalhistas e do gasto social, realização de privatizações, elevar as taxas de juros exigidas tanto quanto pelo mercado financeiro e direcionamento dos bancos públicos para apoio as privatizações. O liberalismo neste momento pretendia utilizar de vários

amplios instrumentos de intervenção estatal e orientava o sentido para afastar a maior autonomia financeira e cambial do estado e somente dar maior abertura depois que ele de fato crescesse, as custas de uma massa de trabalhadores com salários baixos e disponibilizando crédito a uma mesma minoria que sempre fora privilegiada com a concentração de renda e o acúmulo de capital. (BASTOS; 2012)

Os neoliberais também criticaram o desenvolvimentismo. A crítica principal não foi apenas ao apego as questões macroeconômicas, mas sua ênfase exagerada no mercado interno e na industrialização. Conforme alguns neoliberais argumentavam as críticas sobre as questões desenvolvimentistas:

O “desequilíbrio” a favor do crescimento industrial teria resultado não das oportunidades enormes de integração do mercado interno e de internalização de novas tecnologias e produtos (com elevação radical da produtividade sistêmica, embora de forma heterogênea nos planos regional e setorial), mas do “artificialismo” ideológico dos desenvolvimentistas. (BASTOS; 2012)

Os governos liberais destes períodos, principalmente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que são lembrados pela falência do neoliberalismo, apenas não tentou reduzir bruscamente a proteção do mercado interno, mas como focou em realizar grandes privatizações, a conter o gasto público com demandas sociais e a rápida e excessiva abertura ao financiamento externo. (BASTOS; 2014). Isso caracterizou um modelo orientado para o mercado externo, em direção as “oportunidades do mercado global” e não regulado pelo Estado, em orientação a uma direção a integração do mercado interno ao externo.

A crítica ao desenvolvimentismo também foi capaz de reacender a agenda de grupos em que estavam preocupados com impactos e resultados distributivos no Brasil. Em meados da década dos anos 90, dois grupos de direita e esquerda construíram um campo de debate e estratégias em torno do desenvolvimento: o desenvolvimentismo exportador do setor privado e o desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado. Ambos almejavam mudanças estruturais que diversificassem a composição industrial, recuperassem elos produtivos perdidos e absorvessem trabalhadores subempregados pelos ramos de maior produtividade e salários. É importante destacar que ambas os modelos diferem das correntes ideológicas estruturalistas, de Ricardo Bielshowsky, como exemplificado na seção anterior, vistas na América Latina em torno do debate sobre desenvolvimento, embora a corrente distributivista tenha muito mais semelhanças com a tradição estruturalista do que a corrente exportadora, que foi bastante influenciada pela crítica liberal ao desenvolvimentismo.

4.1 - O desenvolvimentismo exportador do setor privado (“novo desenvolvimentismo”)

O novo desenvolvimentismo tem origem do Partido da Social Democracia Brasil e possui grande identificação histórica com as pautas do partido, assim como a valorização do setor privado, a reforma do Estado, o apoio às privatizações e a contenção do crescimento do gasto social), “mas sempre foi crítico da gestão macroeconômica operada pelo governo FHC, particularmente da política cambial e, se não, da abertura comercial em si, de seu excesso e velocidade”. (BASTOS; 2014). Politicamente foi representado por José Serra na metade dos anos 90.

As questões do setor externo, que se abriu excessivamente por políticas monetárias, eram tratadas e debatidas como inapropriadas, uma vez que o equilíbrio interno era capaz de impactar positivamente estes desequilíbrios. Para Serra (1998) existia uma “armadilha da ilusão da oferta de divisas”, a qual justificava a tese de que políticas econômicas voltadas especificamente ao setor externo são desnecessárias, uma vez que as políticas monetárias ou fiscais podem dar conta perfeitamente do equilíbrio externo desejado.

A política cambial adotada na década de 90 pela apreciação real da taxa de câmbio, para muitos economistas foi fundamental para a estratégia de estabilização inflacionária adotada pelo Plano Real e a outros programas de estabilização que ocorriam na América Latina. Entretanto, o novo desenvolvimentismo, acreditava que a tentativa de assegurar o financiamento externo nas transações correntes e evitar o impacto inflacionário de uma possível depreciação cambial, levaria a elevações nas taxas de juros sempre a uma incerteza ou que a preservação do regime cambial aumentasse. O custo financeiro desta política monetária induziria o governo a elevar os impostos e reduzir o gasto social como medida a diminuir o déficit das transações correntes. O déficit ainda era acompanhado de uma especialização industrial descontínua e pouco especializada. A combinação de taxas de câmbio, juros e impostos aumentaria a concentração de renda, aumentaria as importações e prejudicaria a rentabilidade dos investimentos em ramos industriais.

Para Bastos (2014) a questão da distribuição de renda representa a visão mais sistêmica da estratégia do desenvolvimentismo exportador do setor privado. Apesar de fortemente ser uma visão representada por um dos poucos desenvolvimentistas do governo de FHC, não reflete verdadeiramente a visão da corrente, mas muito próxima do que se tem conhecimento. Foi representada por Luiz Carlos Bresser-Pereira. A distribuição de renda haveria uma tendência estrutural a determinar os salários abaixo da produtividade industrial

em virtude da ilimitada oferta de mão de obra. Assim, o governo deveria praticar políticas de rendas que assegurasse a transferência de ganhos de produtividade aos salários.

A estratégia vigente pela corrente exportadora era basicamente um elogio a indústria nacional e a sua capacidade de exportar. Não se pretende apenas aumentar as exportações, mas sim fazer delas a peça fundamental para o crescimento do sistema e, assim, limpar o sistema dos males do neoliberalismo. Bastos (2014) observou que o papel da política econômica para garantir o desenvolvimento é, praticamente restrito à política macroeconômica. Apoiar o mercado na tarefa de alocação eficiente de recursos, por meio de preços macroeconômicos corretos, garantindo a administração da demanda agregada sem interferir diretamente sobre os setores produtivos, ou seja, dar apoio temporário as empresas exportadoras para se garantirem sozinhas no mercado internacional, principalmente em ramos intensivos em tecnologia.

Apesar de tratar sobre uma posição macroeconômica estruturalista, o ponto principal que abandona o aspecto central do estruturalismo latino-americano é o pessimismo quanto a eficiência de alocação de recurso do mercado e a capacidade de o setor privado liderar o desenvolvimento, historicamente marcado pela manutenção da divisão internacional do trabalho.

“O estruturalismo clássico alegava que os mecanismos keynesianos clássicos de gestão da demanda agregada não seriam suficientes para assegurar a industrialização e, a seguir, a continuidade do desenvolvimento industrial nas condições específicas dos países subdesenvolvidos.” (BASTOS; 2014; p.788)

A novo contexto internacional formado pelo capitalismo do século XX, criou estruturas socioeconômicas particulares, além de aumentar o produto interno líquido das estruturas com realocações no uso da força de trabalho disponível nestas economias. Furtado (1974) afirma que o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando obter vantagens comparativas fixas no comércio internacional. O progresso técnico, na adoção de métodos produtivos mais eficientes como a introdução de novos produtos na cadeia industrial destinados ao consumo e a rápida acumulação de capital pelos países cêntricos, permitiu que o progresso técnico crescesse significativamente em algumas regiões, e assim, perpetuar um sistema de desigual distribuição de tecnologia, renda e consumo de produtos.

Segundo Bresser-Pereira (2012) o argumento central do desenvolvimentismo exportador do setor privado é que as grandes empresas já obtinham no Brasil contemporâneo, de capacitação tecnológica e recursos financeiros suficientes para investir em ramos industriais intensivos em alta tecnologia, para o mercado externo. Por isso, o estruturalismo

clássico estaria antiquado, pela intervenção direta do Estado, e pela integração e dinamização do mercado interno como principal variável para o crescimento. A ação fundamental do Estado seria a de assegurar preços macroeconômicos corretos (juros e câmbio, sobretudo).

Para apoiar o argumento do esgotamento de um modelo de crescimento apoiado no mercado interno, Bresser-Pereira utiliza um estudo clássico de Maria de Conceição Tavares (1963). Assim como Celso Furtado (1962), estes autores não eram favoráveis a substituição por um modelo voltado a exportação, “mas favoráveis a um conjunto de políticas e reformas estruturais que melhorassem a distribuição de propriedade e renda, alocassem investimentos e canalizassem recursos fiscais e financeiros por meio do planejamento estatal e desenvolvessem tecnologias próprias, dinamizando o próprio mercado interno e, secundariamente, as exportações.” (BASTOS; 2014; p.789)

Para Furtado (2014) o aumento da renda de uma comunidade pode resultar em pelo menos três processos diferentes; o primeiro, o desenvolvimento econômico, com a acumulação de capital e a absorção de processos produtivos mais eficientes; o segundo, a exploração de recursos naturais não renováveis; e por última a realocação eficiente de recursos visando uma melhor competitividade no mercado internacional.

Por fim, pode-se afirmar que esta corrente desenvolvimentista partilha com o neoliberalismo, em “ênfase” menor, a valorização das exportações e do setor privado como estrutura fundamental e principal para o crescimento, e a desvalorização do Estado como um investidor e financiador.

4.2- O desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado (“social desenvolvimentismo”)

O modelo industrializante da corrente do desenvolvimentismo exportador não foi muito bem recebido socialmente e não encontrou suporte político durante o governo de FHC. Em compensação, a segunda corrente que se opôs as críticas neoliberais ao desenvolvimentismo sistematizou um corpo de estratégias e ideias que apresentou maior eficiência na prática do que academicamente, por si só. O desenvolvimentismo distributivo do setor público propôs uma maior ênfase e importância ao mercado interno e atribuiu ao Estado o papel da distribuição da renda e à alocação dos investimentos.

Apesar do termo social desenvolvimentista remeta a importância da distribuição da renda, da criação de políticas sociais, do combate à pobreza e ampliação do mercado de consumo de massas, segundo Bastos (2014) é significativo pontuar que ela tenha sido proposta apenas em meados do segundo governo de Lula, mas são estas as estratégias que se

manifestaram após a criação e divulgação conseguinte ao fracasso do neoliberalismo incorporado nos governos de Fernando Henrique Cardoso. O social desenvolvimentismo tem como estratégia o desenvolvimento econômico de longo prazo e este fato põe em evidência a pauta social como o próprio elemento fundamental para o desenvolvimento capitalista pretendido.

Embora a redistribuição de renda e a redução das desigualdades serem as prioridades deste modelo, é pouco provável sustentar um modelo como este tendo o principal motor o desenvolvimento capitalista, uma vez que este sistema capitalista se apropria do excedente das diversas realocações e introdução de novos padrões de consumo pelas minorias privilegiadas, geralmente concentradas nos países cêntricos e pelas grandes multinacionais capitalistas instaladas nos países subdesenvolvidos.

O modelo é favorável ao Estado para financiar, realizar e ou coordenar um pacote de grandes projetos de investimentos que não apenas oferecem condições gerais para a acumulação de capital, como infraestrutura, educação básica e superior, saúde, ensino técnico etc. (Bastos; 2014) mas que também procuraram a reestruturação e implementação de setores de consumo e produção prioritários. Ponto importante pela difusão do progresso técnico afim de ir em encontro ao desenvolvimento econômico, conforme argumenta Celso Furtado:

"Vamos definir o progresso técnico como a introdução de novos processos produtivos capazes de aumentar a eficiência na utilização de recursos escassos e/ou a introdução de novos produtos capazes de ser incorporados à cesta de bens e serviços de consumo. E vamos supor que desenvolvimento econômico implica na difusão do uso de produtos já conhecidos e/ou na introdução de novos produtos à cesta dos bens de consumo. [...] o desenvolvimento baseado principalmente na introdução de novos produtos corresponde a um processo de concentração de renda. E pelo fato de a difusão significar acesso de um maior número de pessoas ao uso de produtos conhecidos, o desenvolvimento baseado principalmente na difusão corresponde a um padrão de distribuição mais igualitária da renda. Além disso, uma condição necessária em qualquer processo de desenvolvimento econômico é a acumulação de capital [...]" (FURTADO; 1974; p. 98)

A ampliação do mercado interno não seria a única variável em que requer a coordenação por parte do Estado neste modelo. Segundo Bielschowsky (2012) a economia brasileira dispõe também de outros dois “motores” de longo prazo: a demanda por investimentos em infraestrutura e por recursos naturais abundante. A realização destas fronteiras de expansão requer um planejamento muito bem estruturado por parte do Estado, além de grande arrecadação fiscal para financiamento. Dessa forma, para Bastos (2014) as necessidades de financiamento das exigências do desenvolvimento econômico e social não são tão facilmente conciliáveis como o social desenvolvimentismo parece exemplificar. Os desafios e as respostas deste modelo, parecem mais favoráveis rumo a superação dos

obstáculos enfrentados pelos países em desenvolvimento do que o modelo de exportação do setor privado.

Assim, o governo Lula e o modelo distributivo abrigaram o cenário dos fiadores da credibilidade financeira junto aos mercados, que prometiam entregar a moeda nacional forte e a inflação fraca, e os grupos políticos mais identificados as ideias do desenvolvimento industrial e a expansão dos direitos sociais e trabalhistas. Assim, o Lula rejeitou a opção pela renegociação da dívida externa, blindou sua equipe macroeconômica para buscar uma aproximação com os mercados ao ampliar metas de superávit primário herdada do acordo ao FMI e elevou as taxas de juros para atrair investidores e apreciar o Real. Também contou com a sorte da elevação do preço e da exportação das commodities para obter reservas cambiais.

A acumulação de reservas cambiais acumuladas antes da crise de 2008 forneceu um grande “colchão” para evitar uma depreciação cambial ainda maior. Os problemas brasileiros, após a crise, não se compararam aos problemas enfrentados nos países centrais que exportavam há décadas a auto regulação dos mercados. “Além da perda de legitimidade da ortodoxia econômica, a necessidade de mitigar a recessão nos centros desenvolvidos com a expansão nas periferias mudou, inclusive, o tipo de recomendação econômica oriunda do FMI e induziu o alargamento dos fóruns de cooperação internacional em busca de políticas anticíclicas coordenadas em escala mais ampla que o G8” (Bastos; 2014; p. 800).

Depois de décadas de políticas recomendadas pelas grandes instituições financeiras financiadas e fundadas pelos países centrais, como a ênfase no mercado interno para os modelos de substituição de importação e o apreço pelas economias exportadoras de acordo com a divisão internacional do trabalho, após a crise, as recomendações eram para que os países em desenvolvimentos acumulassem menos reservas cambiais, apreciassem o câmbio e contassem mais com o mercado interno, de modo a contribuir para solucionar os desequilíbrios dos países desenvolvidos, pois estes não poderiam se recuperar da crise por meio das exportações. Este tipo de cenário seria ideal para os países subdesenvolvidos voltassem as ideias de Keynes e as substituições por importações características do liberalismo da década de 1990.

Segundo Bastos (2014) o retorno das ideias de Keynes seria louvável se não fosse seletivo, embora os países em desenvolvimento neste momento passaram sim a contar mais com o mercado interno antes da crise, como foi o caso do Brasil, também aumenta a concorrência desigual do mercado internacional em busca de seus mercados, para compensar a desaceleração da capacidade ociosa advinda da crise, em vários ramos da indústria de transformação. No caso brasileiro, as consequências podem ser estruturais: a perda de

continuidade nos processos internos pode limitar a entrada de novos investimentos e limitar a capacidade de expansão do mercado interno ao longo do tempo.

4.3 - O Governo Lula (2003-2010), políticas de superação do subdesenvolvimento e cooperação Sul-Sul

Na primeira década do século XXI, ou melhor, no governo do Partido dos Trabalhadores, de Luís Inácio Lula da Silva, de janeiro de 2003 até dezembro de 2010, pareceu que toda a sociedade se mobilizou e atuou de forma unificada para a superação dos momentos de dificuldade e situações de inferioridade. O objetivo principal era a mudança dentro da hierarquia de poder dentro do sistema mundial e da melhora na distribuição da riqueza internacional, para tentar avançar frente aos obstáculos do desenvolvimento econômico que países em desenvolvimento enfrentam ano após ano. Depois de um longo período subordinando-se as políticas das “instituições” das grandes potências ocidentais, segundo Fiori (2012), o Brasil se propôs a aumentar sua autonomia internacional, elevando sua capacidade de defesa de suas posições, em virtude de seu poder político e econômico. Nesse período, o Brasil contou com a liderança política de um presidente que ultrapassou as dimensões do seu país e projetou internacionalmente sua imagem e sua influência econômica.

Esta liderança presidencial permitiu que o Brasil desse passos importantes na direção de uma nova estratégia internacional, tomando posições e estabelecendo laços e criando expectativas dentro do jogo de poder mundial cuja mudança nesta perspectiva custou ao país uma posição muito alta, dentro do ponto de vista de sua imagem e de seu futuro dentro deste sistema mundial, historicamente hegemônico pelos grandes países do centro econômico.

Segundo Fiori (2012) o governo brasileiro propôs uma nova política externa que integrou plenamente suas ações diplomáticas, com suas políticas de defesa e desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, introduziu um conceito novo e revolucionário na história brasileira: o conceito de entorno estratégico do país, representando pela região de atuação do Brasil, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e política, o que incluiu a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul. Este período, abriu novas perspectivas para as relações entre Brasil e América do Sul, onde este trabalho procurou demonstrar e analisar suas características estruturais e inserção econômica e política internacional, permitiu aprofundar a integração política e econômica do Mercosul.

O avanço tecnológico do século passado, criou uma diferença ainda maior entre os países desenvolvidos do Norte e os países em desenvolvimento do Sul. Os países do Sul não

possuíam a capacidade de desenvolvimento para acompanhar as principais evoluções tecnológicas, que afetavam os principais setores da economia mundial e segundo Saraiva (2007) passaram, dessa forma, a se tornarem importadores de tecnologia e em grande parte, a depender mais ainda da cooperação com os países do Norte. Assim, os países menos desenvolvidos do Sul se viram diante da necessidade de inserir de forma competitiva nesse novo ambiente político econômico. Essa tendência a aproximação entre os países do Sul pode ser identificada como cooperação Sul-Sul.

A cooperação Sul-Sul tem como objetivo a promoção de ações conjuntas entre os países em desenvolvimento afim de enfrentar os problemas em comum que atingem esses países. Dessa forma, pretendem contornar as atuais desigualdades sistêmicas e garantir uma melhor inserção política e econômica internacional, alinhando os temas de interesse mútuo com o objetivo de equilibrar as desigualdades do sistema internacional e enfrentar os problemas de crescimento e desenvolvimento dos países. (RODRIGUES;2010)

O insucesso econômico das políticas neoliberais como afirmou Fiori (2012) contribuiu decisivamente para a “virada a esquerda” dos governos sul-americanos, durante a primeira década do século XXI. No início desse século, quase todos os países da região elegeram governos de segmentação nacionalista, socialista ou desenvolvimentista, como foi o caso brasileiro pelo modelo social desenvolvimentista. Essa mudança proporcionou uma mudança político-ideológico do continente. A maioria dos países se opuseram as ideias e políticas neoliberais impostas pelos países centrais do ocidente, relativamente impostas desde o início década de 1970 e mais deliberadamente durante a década de 1990. Grande parte da região apoiou ativamente a integração da América do Sul, opondo-se ao intervencionismo norte-americano no continente. Esta guinada à esquerda coincidiu favoravelmente com o ciclo de expansão da economia mundial, que favoreceu o crescimento generalizado das economias regionais até a crise financeira de 2008.

A partir destas premissas, o que se pretende é demonstrar alguns pontos importantes sendo desenvolvidos e refletidos por tomadas de decisões por parte do Estado, através de fatos passados e com a ajuda da análise de periódicos brasileiros à época. Pois assim, é possível acompanhar e relacionar alguns aspectos importantes deste processo, demonstrando através das ações do governo as relações de cooperação Sul-Sul e de muitas outras políticas aplicadas, fazendo com que esta colaboração entre os países subdesenvolvidos e pela iniciativa do Estado, se tornou uma tentativa de superação dentro do próprio sistema capitalista de muitas lacunas de inferioridade e submissão deixadas em aberto na economia e sociedade, principalmente pela subordinação aos países e instituições cêntricos, pelo neoliberalismo

imposto as periferias, pelo desdobramento da formação das características estruturais de países periféricos e pelo caminho percorrido pelo governo dos representantes brasileiros anteriores. A utilização dos periódicos brasileiros e outras fontes complementares é importante para compreendermos e analisar estas relações. O governo de Luís Inácio Lula da Silva foi formado por diferentes grupos que ao longo da história brasileira foram excluídos das posições de poder político, econômico e cultural. Com a chegada ao poder, mantiveram firme ao atendimento de pautas históricas, principalmente pela superação do subdesenvolvimento do país.

Inicialmente, o governo Lula manteve a estabilidade macroeconômica alcançada pelos governos de FHC, para demonstrar responsabilidade com as finanças públicas, bem como para não assustar o mercado interno com grandes choques. Entretanto, o que ficou evidente foi a centralidade das políticas públicas de redistribuição de renda e inclusão social, o que caracteriza como governo de política econômica denominado de Social Desenvolvimentismo, como exposto anteriormente por Bastos (2014).

Neste primeiro mandato do Governo Lula, foram realizados diversos estudos para executar políticas públicas de transferência de renda, afim de enfrentar questão da fome e pobreza extrema, foi implementando o programa Fome Zero (2003) de forma gradual em conjunto ao programa de Renda Básica de Cidadania, proposto pelo então Senador Eduardo Suplicy. Segundo Fiori (2012) nos próximos dois anos seguintes a estratégia foi aperfeiçoada por intermédio da integração de diversos programas sociais pré-existentes, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás etc., num único programa, o Bolsa Família. Inspirado em experiências similares, tal programa consistiu na transferência de renda para as famílias em extrema pobreza e teve como principais condições de acesso ao benefício o acompanhamento da nutrição, da saúde e da frequência escolar das crianças das famílias beneficiadas. Em 2003, Lula fez um pronunciamento oficial de lançamento do programa e seu discurso pode ser conferido na íntegra: (disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54596.shtml>> . > acessado em 18/04/2022). A matéria entrega o discurso completo de Lula no dia 20 de novembro de 2003 e algumas partes retratam bastante quanto aos objetivos aqui apontados:

“O programa Fome Zero prioridade do nosso governo vai muito além do Cartão Alimentação e prosseguirá com o seu conjunto de medidas emergenciais e estruturais de combate à fome e às causas da fome. Porque, para nós, o grande desafio é e sempre foi fazer da própria inclusão social um fator de desenvolvimento do Brasil. ”

⁴ Lula discursa oficialmente em lançamento do programa Bolsa Família. Folha de São Paulo.20 de novembro de 2003.

“[...] estamos construindo uma política nacional de transferência de renda com a participação de Estados e Municípios. “

“A ponte que estamos construindo hoje aproxima solidariamente os extremos da nossa sociedade e dá uma nova oportunidade histórica ao nosso país. ”

“E nós, aqui no Brasil, temos que ter a certeza de que, se fizermos isso aqui e conseguirmos o sucesso que imagino que possamos ter, não tenho dúvida nenhuma de que nós poderemos contribuir para que outros países do mundo possam acabar com a fome em seus países. ” (LULA, 2003)

O Bolsa Família foi criado pela Lei nº10.836/2004, no sentido de o Poder Público intervir para incentivar o desenvolvimento econômico e promover a distribuição de renda por meio de políticas públicas. Além de dinamizar o mercado interno de consumo em massa, erradicar a pobreza extrema de um país historicamente agroexportador e uma das economias com potencial de ser uma das maiores do mundo não era só necessário como é uma condição primordial para a superação dos desafios dos países em desenvolvimento.

Considerando o período de 2003 a 2005, como um todo, o crescimento da economia acelerou moderadamente e a inflação caiu. Em números, segundo Fiori (2012) o crescimento médio do PIB passou de 2,1% ao ano, entre 1999 e 2002, para 3,3% ao ano, entre 2003 e 2005, enquanto a inflação média caiu de 8,7% para 7,5% ao ano no mesmo período. Essa melhora do desempenho interno da economia brasileira foi beneficiada pelo contexto internacional favorável, que reduziu a fragilidade das finanças internacionais do país. A elevação dos preços internacionais das commodities minerais e agrícolas marcou o governo Lula e ganhou força em quase todo o período dos mandatos. Por exemplo, considerando o balanço comercial, as exportações realizadas quase dobraram em três anos, passando de 60 bilhões de dólares para 118 bilhões de dólares em 2005, resultado da combinação do aumento do saldo comercial do país, que conseguiu acumular reservas internacionais e reduzir a fragilidade do balanço de pagamento com o resto do mundo. Aproveitando da situação da melhora nas contas externas ao final de 2005, o governo Lula decidiu por encerrar sua dívida junto ao FMI, mediante ao pagamento único de 23 bilhões de dólares. Esta medida pode ser vista em (disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1412200502.htm>⁵> acessado em 18/04/2022). Segundo Fiori (2012) o fim da dívida brasileira com o FMI teve grande importância política e econômica, pois marcou o início de uma nova fase do governo, durante a qual o Brasil pode ter mais autonomia na condução de sua política econômica, sem as constantes interferências das “boas políticas” do FMI ou do Banco Mundial.

A reversão da situação observada nas duas décadas anteriores, até então dominadas

⁵ Governo decide por quitar por completo dívida com FMI. Folha de São Paulo. 14 de dezembro de 2005

pela crise da dívida externa e pelo neoliberalismo, evidenciada no Consenso de Washington em 1989, onde as imposições para ajuda dos fundos internacionais, pautavam em reformas fiscais, com a diminuição dos impostos as grandes empresas e pela abertura comercial, afim de aumentar as importações, pode-se dizer que é uma grande conquista para melhora da vulnerabilidade externa nos planos econômicos do Brasil e também do marco e do fortalecimento de políticas desenvolvimentistas.

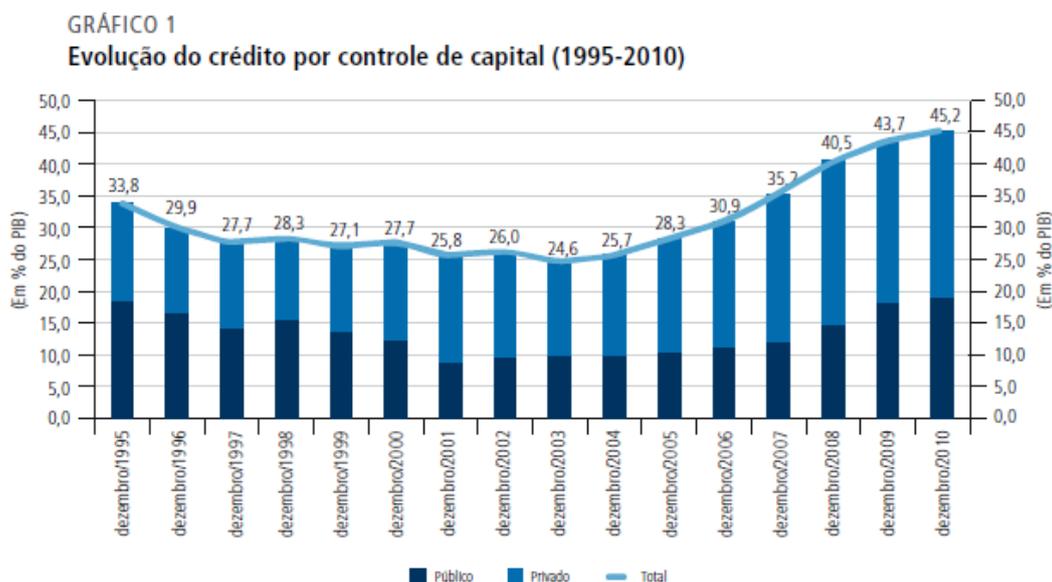
Com essa medida, o Brasil se tornou protagonista internacional e visto como exemplo para vários países em desenvolvimento da região latino-americana, que passaram por momentos de dificuldades semelhantes e pelas semelhanças estruturais de suas formas produtivas, principalmente porque deixa ser um devedor do FMI e passa a ser credor à instituição, tendo mais autonomia no direcionamento de suas políticas econômicas. Ainda, acumulou grandes reservas cambiais internacionais a época, que foi uma medida de prevenção assertiva frente a crise de 2008, que ainda estava por vir.

Além dos programas de transferência de renda e do início da melhora do quadro da vulnerabilidade externa, ainda no primeiro mandato, o período de 2004 e 2005, foi marcado por pequenas reformas financeiras, que contribuíram para a expansão do crédito nos anos seguintes. Outra demanda tipicamente valorizada deste período da primeira década do século XXI. Segundo Barbosa (2012), do lado das empresas, a reforma da Lei de Falências, em 2004, ajudou na expansão do crédito, uma vez que simplificou e agilizou a recuperação de empréstimos em caso de dificuldades financeiras por parte do devedor. E por parte das famílias, a principal inovação financeira foi a introdução e difusão do crédito pessoal a ser pago com base na retenção de parte do salário do devedor. Chamado de “crédito consignado”, essa iniciativa foi uma conquista de acordos entre os sindicatos trabalhistas e as instituições financeiras, no final de 2003. Nos anos seguintes, foi ampliado aos servidores públicos e aposentados do INSS, assim, estas ações ampliaram significativamente a oferta de crédito as empresas e as famílias brasileiras. A expansão do crédito recebeu diversas publicações e méritos a respeito e pode ser conferido nessa publicação: (disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/aceso-ao-credito-aumento-da-renda-estao-entre-as-conquistas-do-ex-presidente-lula-2823863> > acessado em 20/04/2022)

Segundo publicação, em 2015, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o volume de crédito, que representava 26% do produto interno bruto (PIB), em dezembro de 2002, atingiu 45,2% do PIB, em dezembro de 2010. O crédito aumentou expressivamente e

⁶ Acesso ao crédito e aumento da renda estão entre as conquistas do ex-presidente Lula. O globo. 12 de fevereiro de 2011

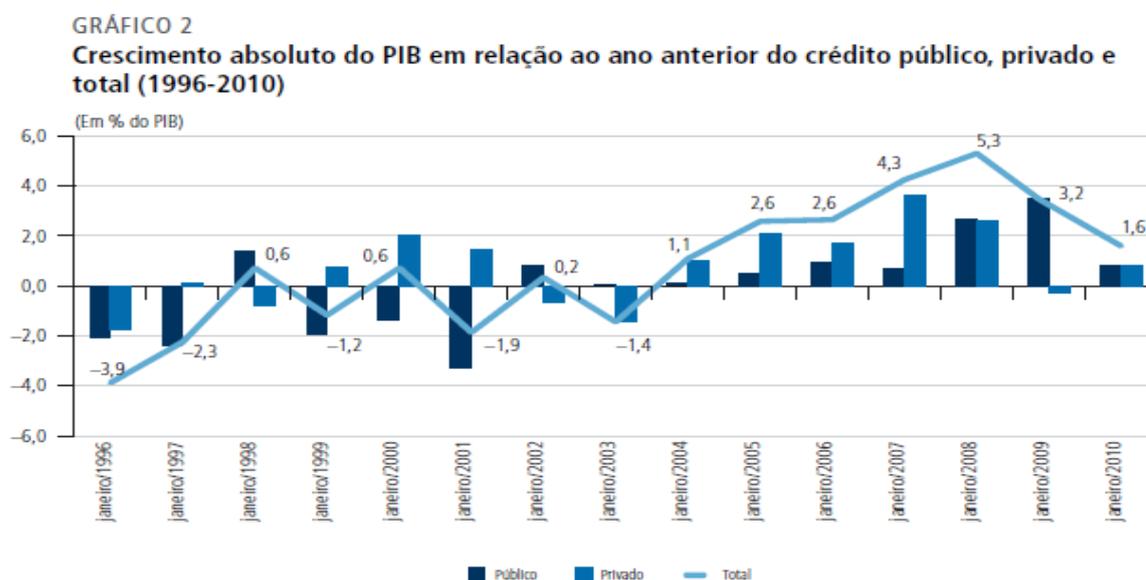
continuamente durante o governo Lula, inclusive após a crise de 2008. Conforme demonstra o gráfico:



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Esse crescimento do volume de crédito, em um contexto macroeconômico ainda que com elevadas taxas de juros, inicialmente foi financiada pelos bancos privados, tanto no campo de pessoa física quanto jurídica. Em um segundo momento, principalmente em resposta a piora da crise econômica internacional, a evolução do crédito foi sustentada pelo governo, por intermédio dos bancos federais. A falência do banco americano Lehman Brothers, em setembro de 2008, exemplifica a dimensão da crise internacional e a resposta do governo quanto a oferta de crédito no Brasil. Para continuar a suprir a oferta de crédito demandada pelo mercado e afim de amenizar a redução do crédito, medidas tributárias foram adotadas e os bancos públicos adquiriram as carteiras de bancos em dificuldade, em movimento de aversão ao risco e liquidez no caso de bancos nacionais, e também, nos bancos estrangeiros, para capitanear recursos. Segundo Mattoso (2012) uma visão inovadora do desenvolvimento nacional começou a emergir no Brasil, com as primeiras políticas sociais sendo implementadas, de ampliação do mercado interno e do consumo das famílias e da melhora do papel econômico no sistema econômico mundial. Nesse período, consolidou-se uma nova política em que a passos menores, deixou de pensar o desenvolvimento apenas a indústria e o crescimento econômico pela lógica das exportações, mas que cada vez mais reconhecia que as políticas sociais favoreciam não somente o aumento da inclusão social, mas também a redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica, através da ampliação do mercado interno e do consumo de produtos nacionais e o crescimento do PIB. A seguir um

gráfico relacionando o crescimento da expansão do crédito e o crescimento do PIB, entre 1996 e 2010:



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – séries temporais

Quanto no sentido de cooperação Sul-Sul, além de abrir os mercados para o Brasil, a cooperação com os países da América do Sul possibilita o fortalecimento do país no quesito econômico e de sua posição e atuação internacionalmente, que vai de acordo com os objetivos definidos pelo Brasil de busca pela liderança da região. Além disso, esta cooperação brasileira com os países sul americanos visa garantir maior independência da região em relação aos grandes centros de poder do cenário mundial ao mesmo tempo em que as relações dos países são reforçadas com o Brasil.

Com a onda neoliberal da década de 90 e com a criação da Organização Mundial do Comércio, os ideais econômicos do neoliberalismo ajudaram a emergir forças da comunidade latino-americana e fundamentou a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), uma vez que as nações pertencentes enxergavam suas políticas visando uma melhor inserção no contexto internacional globalizado, por meio do incentivo das trocas comerciais.

No âmbito da América do Sul, ainda no primeiro governo do Lula, o fortalecimento do MERCOSUL, passou a ser prioridade central da política externa brasileira, considerado o projeto de integração mais importante na política externa. O governo visava aproximar a relação com os países que compunham o bloco econômico, afim de firmar acordos de cooperação em diversas áreas, como infraestrutura, tecnologia, transporte e energia. O projeto promovia a integração comercial entre os países, facilitando o fluxo de mercadorias e abrindo oportunidades para negócios entre os mesmos. O MERCOSUL também deve promover a

inserção desses mercados no âmbito internacional.

Em 2004, houve através da iniciativa do governo brasileiro, a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), o país trabalhou firme junto as suas premissas de integração e cooperação na América do Sul. Esta iniciativa, com a expansão do MERCOSUL, evoluiu a outro e mais completo bloco econômico, a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Em 2008, a assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL, criou o compromisso dos países sul americanos rumo aos objetivos de uma completa integração. As consequências desta cooperação visavam ao desenvolvimento econômico, a integração dos mercados sul americanos e o aumento da capacidade competitiva no mercado internacional.

Em 2012, a UNASUL apresentou um plano de investimento para 10 anos para a região. Essa medida por ser visualizada através do periódico: (Disponível em <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/04/24/unasul-apresenta-plano-para-integrar-infraestrutura-da-america-do-sul.ghtml>⁷> acessado em 20/04/2022). A reportagem demonstra em como este projeto poderia impactar economicamente em até 5 vezes mais a região que os investimentos iniciais, avaliados em cerca de US\$21 bilhões, com a realização de 31 projetos em energia, transporte e infraestrutura fronteiriça para a região. Os investimentos eram previstos até o final de 2022. Destes 31 projetos, 11 projetos já estavam previstos no Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), dando continuidade e complementariedade aos objetivos do governo de obter maior autonomia e poder de defesa de suas posições políticas e econômicas.

Apesar dos esforços contínuos de integração e cooperação Sul-Sul até o fim do governo Lula, a UNASUL, nos tempos contemporâneos não conta com a presença do Brasil e das principais economias sul americanas. Esses modelos de desenvolvimento são projetados para longos prazos, e mudanças estratégicas e ideológicas na liderança e condução do país nos próximos anos são extremamente prejudiciais a estes projetos. Por mais que visem uma melhor inserção internacional, melhora nos índices econômicos e sociais, requerem esforços contínuos e muito bem executados e planejados.

O segundo mandato do governo Lula, iniciado em 2007, segundo Barbosa (2012) contou com uma política expansionista tanto do ponto de vista fiscal quanto monetário. O Estado promoveu um aumento recorde de 14% valor real do salário mínimo e continuou no mesmo caminho nos anos seguintes, com a aplicação de uma política de longo prazo de

⁷ UNASUL apresenta plano para integrar infraestrutura da América do Sul. Valor Econômico. 24 de maio de 2012

valorização do salário mínimo. O governo também direcionou seu investimento em infraestrutura e posteriormente com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007.

Tal programa, consistiu em uma série de investimentos considerados prioritários em diversos setores de infraestrutura econômica e social, afim de aumentar os investimentos privados da econômica e eliminar alguns atrasos logísticos do país. O PAC foi lançado oficialmente em 28 de janeiro de 2007 e contou com um amplo programa de investimentos em tecnologia, ciência, infraestrutura e energia, com destaque ao aumento dos investimentos da Petrobras na exploração e produção de petróleo no território brasileiro, na denominada camada do pré-sal. (BARBOSA; 2012). Em 20 de novembro de 2007, Lula anunciou no Palácio do Planalto um pacote de investimentos que visava atingir esses objetivos, conforme periódico a seguir: (disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-lancara-plano-de-r-41-bi-para-ciencia-e-tecnologia,81469>⁸> acessado em 22/04/2022).

O PAC, de um ponto de vista institucional, recuperou a capacidade do Brasil de retomar, por meio da iniciativa governamental, o desenvolvimento econômico e social de grandes proporções em setores fundamentais para modernização e superação na economia. Para Barroso (2012), a estratégia do governo federal, depois de muitas décadas, foi de apoiar a formação de capital por parte do setor privado e, simultaneamente, aumentar o investimento público em infraestrutura dos setores considerados primordiais. Além destes investimentos, o PAC também contou com uma série de desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e fomentar o mercado de consumo de massa no Brasil. Uma das principais desonerações do PAC, foi a criação do regime tributário especial para as pequenas e médias empresas, o Simples Nacional, que combinou uma série de tributos federais, estaduais e municipais em uma só alíquota sobre o faturamento. O Simples Nacional simplificou e reduziu a carga de impostos para as pequenas empresas, que correspondem pela maior parte dos empregos da economia brasileira. Além de simplificar e reduzir os impostos, também ajudou na formalização do mercado de trabalho brasileiro.

Dessa forma, a aplicação de várias medidas e projetos voltados para a distribuição de renda de forma a reduzir a desigualdade social e econômica, o Estado como principal personagem na condução do desenvolvimento e crescimento econômico, a promoção de políticas afim de aumentar o consumo interno em massa no Brasil e a tentativa de integração e cooperação Sul-Sul marcou a construção do pós-neoliberalismo no Brasil e uma nova forma

⁸ Lula lança plano de R\$41 bilhões para ciência e tecnologia, PAC. Estadão. 16 de novembro de 2007

de desenvolvimento econômico e social com as inovadoras políticas aplicadas jamais vista na história brasileira, construída e planejada por um grande personagem de influência mundial, Luís Inácio Lula da Silva.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu investigar a reconstrução econômica do ocidente após a Segunda Guerra Mundial, tendo como principal personagem os países centrais, principalmente os Estados Unidos e as instituições financeiras criadas para esta “reconstrução”, em relação as periferias latino americanas, em especial o Brasil e como este, no início do século XXI, atuou para a superação das inferioridades e desafios impostos pela submissão econômica neste período, além da sua condição natural de país subdesenvolvido e suas consequências sociais e econômicas.

Desde o início do governo Lula, o país encontrava-se marcado por décadas enfrentando um crescimento econômico insuficiente, baixas taxas de investimento, acentuada vulnerabilidade externa, baixa capacidade de intervenção do Estado, de acentuada desigualdade social e extrema miséria. Assim, o Brasil procurou romper com este quadro terrível em que se encontrava. Durante a primeira década do século XXI, o Brasil procurou modificar esta realidade e passou por um sólido período de redemocratização, encontrou uma nova forma de desenvolvimento econômico e social, além de buscar a integração com os países do Atlântico Sul, afim de construir uma nova geografia internacional para que países com as mesmas condições e realidades socioeconômicas modifiquem as estruturas de um sistema marcado historicamente pela desigualdade nas relações políticas e econômicas.

Após anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses das instituições e países centrais, da ausência de políticas a favor do desenvolvimento econômico, da sua condição de país agroexportador, fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas e de integração regional Sul-Sul, do combate à pobreza extrema, mais especificamente no segundo mandato do Lula, com a efetiva articulação do social desenvolvimentismo e com a aplicação de políticas inovadoras, como a expansão do crédito e do investimento em setores de tecnologia e infraestrutura na América Latina, por exemplo. Em um país como o Brasil, historicamente marcado por uma gigantesca desigualdade econômica e social, a redução da pobreza, a redistribuição de renda e a aproximação com os países latino-americanos ocorrida nesta primeira década são absurdamente inovadoras e um primeiro passo para a superação do subdesenvolvimento e construção de um novo território no novo contexto internacional.

Durante estes dez anos de governo, o processo de consolidação de políticas desenvolvimentistas, como o combate à miséria e a tentativa de aproximação aos países que historicamente e estruturalmente são semelhantes, evidenciou que dificilmente os avanços encontrados seriam capazes de, por si só, serem suficientes para resolver todos os problemas

estruturais que há anos vem sendo enfrentados. As políticas desenvolvimentistas precisam constantemente de serem aperfeiçoadas para lidar com as constantes alterações e desafios que o mundo globalizado apresenta.

Este presente trabalho, através do reconhecimento das grandes conquistas históricas e inovadoras realizadas nesses dez anos de governo social desenvolvimentista, da mudança na esfera social, como a democratização do consumo das famílias de classe mais baixa, não pode ocultar que existe ainda um longo caminho pela frente na superação de desafios antigos, como a própria desigualdade, que ainda hoje, é extremamente grande.

Entretanto, pode-se dizer que durante este período da primeira década do século XXI, o Brasil procurou observar e modificar setores estruturais que pouco foi observado durante as décadas anteriores, afim de superar suas dificuldades históricas e tentar, ao menos, uma melhora na sua condição internacional e criar uma nova realidade aos países estruturalmente similares que durante toda a “reconstrução” do Ocidente nunca foram prioridade e sim, escada aos países desenvolvidos, afim de competir internacionalmente e dar uma dignidade e uma vida melhor as sociedades que de geração em geração, sofreu pelo descaso do Estado, a subordinação aos interesses dos países centrais e aos males que o capitalismo sempre causou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Nelson. **Dez anos de política econômica**. In: SADER, Emir (org) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boi tempo; Rio de Janeiro:FLACSO Brasil 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A economia política do novo-desenvolvimentismo e dosocial desenvolvimentismo**. Econ. soc. [online]. 2012, vol.21, n.spe, pp.779-810.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL – Uma resenha**.In: Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro, São Paulo. Editora Record, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica** / Ha-Joon, Chang. Tradução: Luiz António Oliveira de Araújo. São Paulo: EditoraUNESP, 2004.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. Tradução: Sergio Blum. São Paulo:Editora 34, 2000.

FIORI, José Luiz. **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI**. In: SADER, Emir (org) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

FRIEDEN, J. A. **O Capitalismo Global: História econômicas e política do século XX**, 1ª ed.,Zahar, 2008.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Edição integral. São Paulo:Editora Paz e Terra S.A, 1974.

HOBBSBAWM, Eric J., 1917- Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras,1995.

MARTINS, J. R. (2015). **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** Ibero América Social: revista-red de estudios sociales (V), pp. 95-108. Recuperado de<http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundouma-teoria-ainda- atual/>

MATTOSO, Jorge. **Dez anos depois**. In: SADER, Emir (org) 10 anos de governos pós- neoliberalis no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSOBrasil 2013.

MORA, Mônica. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Instituto de PesquisaEconômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro. 20015

RODRIGUES, Diogo de Freitas. **Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertaçãopolítica entre a Índia, o Brasil e a África do Sul**. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (1): 45-66, 2010.

SARAIVA, Mirian Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da**

política externa brasileira de 1993 a 2007. Rev. Bras. Polít. Int. 50 (2): 42-59, 2007.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. **La americanidade como concepto, o América en el moderno sistema mundial.** Revista Internacional de Ciencias Sociales, Madrid, Espanha, v. 44, n. 4, p.583-592, dez. 1992. Trimestral.